

Artigos

Análise do desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba a partir de indicadores socioeconômicos

Analysis of development in the metropolitan region of Curitiba based on socioeconomic indicators

Andrea Traub¹ , Ana Paula Myszcuk¹ 

¹ Universidade Federal do Paraná , Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

O desenvolvimento é um processo que compreende a ideia de crescimento econômico indo além da capacidade produtiva medida quantitativamente, pois envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições, sendo medido qualitativamente por meio de indicadores sociais e promovendo mudanças na estrutura socioeconômica de um país. Para impulsionar o desenvolvimento do Brasil foram criadas as regiões metropolitanas que se configuram por áreas urbanas compostas por cidades interligadas entre si que exercem mútua relação de dependência estrutural, social e econômica. A região metropolitana de Curitiba é marcada por desigualdades e contradições entre os seus municípios que evidenciam pobreza, exclusão e segregação socioeconômica. Tem na capital paranaense a sua metrópole, lugar em que acontece a dinâmica econômica e a concentração de riqueza. O presente artigo visa analisar o desenvolvimento da região metropolitana de Curitiba a partir de indicadores socioeconômicos dos municípios que a compõem e os resultados apresentados reforçam um desenvolvimento intrametropolitano desigual com iniquidades econômicas, sociais e de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Região metropolitana de Curitiba; Indicadores socioeconômicos

ABSTRACT

Development is a process that comprises the idea of economic growth going beyond the productive capacity measured quantitatively, as it involves qualitative changes in the way of life of people and institutions, being measured qualitatively through social indicators, and promoting changes in the socioeconomic structure of an environment country. In order to boost the development of Brazil, metropolitan regions were created, consisting of urban areas composed of interconnected cities that exercise a mutual relationship of structural, social, and economic dependence. The metropolitan region of Curitiba is marked by inequalities and contradictions between its municipalities that show poverty, exclusion, and socioeconomic segregation. Its metropolis is in the capital of Paraná, where economic

dynamics and the concentration of wealth take place. This article aims to analyze the development of the metropolitan region of Curitiba based on socioeconomic indicators of the municipalities that comprise it, and the results presented reinforce an unequal intrametropolitan development with economic, social, and social inequities and vulnerability.

Keywords: Development; Curitiba metropolitan region; Socioeconomic indicators

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é um processo que compreende a ideia de crescimento econômico indo além da capacidade produtiva medida quantitativamente. Envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições, sendo medido qualitativamente por meio de indicadores sociais e promovendo mudanças na estrutura socioeconômica de um país.

Está diretamente relacionado à qualidade da vida humana que não é medida pela riqueza, mas pelas liberdades política e individual de escolha que não devem ser restringidas, tolhidas ou condicionadas. Tais liberdades são um meio para alcançar o desenvolvimento, visto que proporcionam as escolhas e oportunidades sociais, não permitindo que as pessoas sejam submetidas à privação de suas capacidades (o que podem ou não fazer), transformando-as em agentes de sua própria mudança.

O limite teórico para se explicar o crescimento econômico encontra-se nas metodologias utilizadas que nem sempre satisfazem as exigências do processo de desenvolvimento existente. O crescimento econômico de um país está atrelado ao desenvolvimento social e são processos interdependentes que se referem a pessoas e não a objetos, implicam em mudanças institucionais, estruturais e culturais.

Enquanto o crescimento econômico é medido por uma unidade econômica, o desenvolvimento impacta diretamente na qualidade de vida da sociedade e é medido por indicadores socioeconômicos. Ao longo do tempo, o desenvolvimento que não considera melhorias em tais indicadores produz desigualdades sociais, pobreza e disparidades estagnando ou produzindo regressões nas economias locais e/ou regionais.

A região metropolitana de Curitiba é marcada por desigualdades e contradições entre os municípios que evidenciam pobreza, exclusão e segregação socioeconômica. Tem na capital paranaense a sua metrópole, lugar em que acontece a dinâmica econômica e a concentração de riqueza. A expansão de Curitiba consolidou o seu entorno, entretanto, não fortaleceu os municípios limítrofes do ponto de vista socioeconômico. Com relação aos municípios mais afastados são marcados pela fragmentação e fragilização socioeconômica devido à pouca integração com a metrópole.

O território metropolitano engloba relações que abrangem funções locais, regionais e globais e seu crescimento está relacionado à aplicação adequada de estratégias de desenvolvimento cujo processo compreende a ideia de crescimento econômico indo além da capacidade produtiva medida quantitativamente. Envolve, também, mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições, sendo medido qualitativamente por meio de indicadores sociais e promovendo mudanças na estrutura socioeconômica de um país.

Assim, o presente artigo visa analisar o desenvolvimento da região metropolitana de Curitiba a partir de indicadores socioeconômicos dos municípios que a compõem.

A abordagem metodológica é qualitativa e descritiva, tendo em vista o aprofundamento das informações e a busca de resultados mais próximos da realidade, tentando compreender e interpretar os aspectos dinâmicos da região metropolitana analisada. A fonte de coleta de dados se deu pela utilização de documentos bibliográficos, caracterizando-se por uma pesquisa bibliográfica, na qual foram considerados traços subjetivos e particularizados dos dados analisados.

Com relação à base de dados foi utilizado os Atlas de Desenvolvimento Humano e Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e dados estatísticos pesquisados no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Os principais

indicadores analisados foram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice de Vulnerabilidade Social, Coeficiente de Gini e Produto Interno Bruto *Per Capita* referente aos Censos Demográficos brasileiro realizados nos anos de 2000 e 2010.

Este artigo está dividido em quatro partes, sendo esta introdução a primeira. A segunda parte faz uma breve consideração acerca do desenvolvimento e crescimento econômico. A terceira parte apresenta a configuração socioeconômica da Região Metropolitana de Curitiba e análise dos indicadores acima citados. Por fim, as considerações finais.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O significado dos termos desenvolvimento e crescimento econômico pode variar de acordo com a perspectiva histórica em que estão inseridos, o que torna o debate sobre eles controverso e amplamente discutido na literatura. Logo, é importante diferenciá-los, uma vez que não são excludentes e se complementam em alguns momentos.

No mundo contemporâneo, o desenvolvimento deve ser pensado em sua totalidade e não restrito à dimensão econômica dos processos sociais ou como consequência do processo de crescimento. Sendo assim, sob a ótica do desenvolvimento, crescimento é relevante como processo social amplo, não se restringindo a oferta de bens e serviços (Cohn, 2015).

A distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico diz respeito à natureza das intervenções suscitadas por ambos, sendo que, no primeiro, prevalece a deliberação e a reflexividade e, no segundo, predominam os princípios da eficiência e celeridade de resposta, além de estar relacionado à gestão das coisas. A política, as relações de poder e a sua legitimidade estão ligadas ao desenvolvimento, que requer decisões democráticas e não pode ser alcançado por meio do autoritarismo (Cohn, 2015).

Se no crescimento o que cresce é um objeto (um sistema produtivo, uma nação, uma sociedade), no desenvolvimento o que se desenvolve são múltiplas relações ou complexos de relações, internas e externas. Crescimento é questão de progressão, avanço ao longo de uma trajetória, enquanto desenvolvimento é da ordem dos ritmos, da pulsação, da emergência de formas no interior de um complexo organizado. Pertencem, em suma, a campos conceituais diferentes. Isso não significa que não haja entre essas duas ordens de fenômenos vínculos importantes e, sim que esses devem ser identificados e esclarecidos para que rendam o que podem render, nas análises e nas políticas, cada qual no seu campo. (Cohn, 2015, p. 27 e 28).

As teorias do desenvolvimento passaram a ter relevância política e social após a Segunda Guerra Mundial. Com a criação de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 com o objetivo de contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos, melhorar os níveis de qualidade de vida, promover avanço econômico e social, formular acordos internacionais para o crescimento do comércio, entre outros, se intensificou os debates sobre os meios para se conquistar o desenvolvimento (Nierdele; Radomsky, 2017; Oliveira, 2006a).

No pós-guerra, o desenvolvimento passou a ser considerado um elemento importante para o progresso e crescimento econômico, visto que os países buscavam a reconstrução, bem como melhorar as condições econômicas, sociais e de vida de suas populações. Assim, alterações de ordem econômica e política deram margem ao surgimento de novas interpretações às dinâmicas das economias mundiais (Nierdele; Radomsky, 2017).

A obtenção de determinado padrão de prosperidade econômica conferiu aos países, à época, o *status* de desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido. As medidas empregadas para mensurar este desenvolvimento e prosperidade estavam relacionadas ao crescimento econômico advindo do industrialismo, a variáveis quantitativas como indicadores de renda, a promoção do Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita* como medida de progresso social (Nierdele; Radomsky 2017; Oliveira, 2006a).

O industrialismo foi associado ao crescimento econômico em razão da ampliação da atividade econômica oriunda dos processos de industrialização que preconizavam

a crença de sua imprescindibilidade para o desenvolvimento e a obtenção de maiores níveis de crescimento e qualidade de vida pelos países. A indústria se tornou dominante por seu modo de produção que resultava em geração de riqueza e produtividade, reforçada pelo alto desempenho observado nas nações mais industrializadas e desenvolvidas como, por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra (Oliveira, 2006a).

A década de 1950 foi marcada pelo avanço do processo de industrialização visto como sinônimo de desenvolvimento e crescimento econômico. Nos países subdesenvolvidos se observou a elaboração e implementação de planos voltados à promoção intensiva da industrialização para o alcance do desenvolvimento. Na América Latina e no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, as políticas de desenvolvimento deram ênfase à promoção do produto e da renda por meio da industrialização e acumulação de capital com base na produção interna, substituindo as importações (Oliveira, 2006a).

Com essa estratégia se tentou romper a dependência que os países periféricos (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) mantinham com os países centrais (desenvolvidos). Contudo, os países centrais, preocupados com a possibilidade de escassez de produtos provenientes da América Latina, estabeleceram uma parceria com nações desta região para fortalecer as indústrias básicas e a produção agrícola. Esta parceria, ao invés de romper, fortaleceu e perpetuou a dependência (Oliveira, 2006a).

Assim, entre 1945 e 1975, as teorias do desenvolvimento eram predominantemente modernistas e baseadas na ideologia do progresso. A partir desta perspectiva, foram criadas políticas e programas na América Latina e no Brasil que buscaram equilibrar o desenvolvimento e o crescimento econômico. Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, o esgotamento da abordagem modernizadora-desenvolvimentista, juntamente com a identificação de novos problemas globais causados pela industrialização que exigiam novas soluções, abriu espaço para a formulação de teorias inovadoras (Nierdele; Radomsky, 2017).

Questões relacionadas às mudanças demográficas, ao colapso urbano, à preservação ambiental, à participação social e ao fortalecimento das instituições democráticas impulsionaram teorias alternativas. Ao mesmo tempo, os tradicionais indicadores econômicos (Produto Interno Bruto, Renda *per Capita*) começaram a ceder espaço a novas métricas – cuja equação incorporava aspectos relacionados à expectativa de vida, à sustentabilidade, à saúde e à educação –, até que a própria ONU assumisse um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como parâmetro de avaliação. (Nierdele; Radomsky, 2017, p. 10).

Na década de 1990, o lugar central do debate sobre desenvolvimento concerne ao desenvolvimento humano. A promoção do crescimento econômico não é, por si só, suficiente para o desenvolvimento, vez que é preciso “pensar em distribuição de renda, saúde, educação, ambiente, liberdade, lazer, entre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade” (Oliveira, 2006a, p. 23).

Nesse sentido, o economista Amartya Sen (2010) contribuiu de forma decisiva com a maneira de repensar o próprio sentido do desenvolvimento. O autor questionou as concepções e interpretações do desenvolvimento feitas apenas sob a ótica do crescimento do PIB, aumento das rendas pessoais e por critérios de indicadores monetários.

É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (Sen, 2010, p. 28).

A teoria do desenvolvimento humano se baseia na liberdade como meio e fim para o desenvolvimento, garantindo que os indivíduos não sofram privações e possam ampliar suas capacidades humanas, consideradas como condições necessárias para escolhas de vida de acordo com seus valores e objetivos. Sendo assim, quando não há privação de capacidades pode-se estimular o desenvolvimento evidenciando a liberdade de ser e fazer dos indivíduos, que se tornam agentes do processo de desenvolvimento. São denominados agentes, as pessoas com capacidade de agir e intervir no mundo, capazes de produzir mudanças e alcançar seus objetivos e seus próprios valores (Sen, 2010).

Logo, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (Sen, 2010, p. 10). A eliminação de privações substanciais, ou seja, de liberdades políticas, econômicas, sociais e humanas cujas fontes são pobreza, tirania e carência de oportunidades econômicas, é constitutiva do desenvolvimento humano (Sen, 2010).

Entretanto, o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma sociedade não se traduzem automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É fundamental que esse desenvolvimento se transforme em benefícios reais para as pessoas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014). Por conseguinte, o conceito de desenvolvimento humano é muito

mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1996, p.1).

Para alcançar o desenvolvimento humano é preciso reduzir a desigualdade social e a pobreza. Para tanto, é preciso que os países e regiões concentrem-se não apenas no crescimento econômico, mas também, no desenvolvimento enquanto processo de transformações de ordem econômica, política, humana e social. Desenvolvimento é o crescimento com “incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras” (Oliveira, 2006a, p. 19).

O desenvolvimento humano é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano¹ (IDH) em alternativa ao Produto Interno Bruto *per capita*, sendo uma estratégia para compreender e impulsionar a discussão e reflexão acerca deste tipo de desenvolvimento para a sociedade. O IDH Global² reúne três importantes dimensões para a expansão das liberdades das pessoas: longevidade (oportunidade de uma vida longa e saudável), educação (ter acesso ao conhecimento) e renda (garantir um padrão de vida digno) (IPEA, 2014).

A adaptação da metodologia do IDH Global ao contexto nacional gera indicadores mais adequados às necessidades dos países, que podem inovar, substituir ou adicionar dimensões às já existentes, a fim de construir IDHs subnacionais. No Brasil, a metodologia foi adaptada para calcular o IDH Municipal³ (IDHM) dos municípios e, posteriormente, a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) (IPEA, 2014).

O IDHM considera a realidade do Brasil, os indicadores nacionais e as mesmas dimensões do IDH Global, sendo mais apropriado para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Além do mais, é referência para gestores, tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas, pois estimula que estes priorizem a melhoria da qualidade de vida das pessoas em suas ações e decisões, permite a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo e é um contraponto ao PIB não limitando o desenvolvimento ao crescimento econômico (IPEA, 2014).

O cálculo do IDHM considera três componentes: IDHM Longevidade, que concerne a expectativa de vida ao nascer; IDHM Educação, referente a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem; e, IDHM Renda, relativo à renda

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano foi apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no ano de 1990, tendo sido idealizado pelo paquistanês Mahbubul Haq em colaboração com o economista Amartya Sen (IPEA, 2014).

² No IDH Global, “as três dimensões têm o mesmo peso, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550; Médio Desenvolvimento Humano entre 0,550 e 0,699; Alto Desenvolvimento Humano entre 0,700 e 0,799; e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800” (IPEA, 2014, p. 11).

³ “Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010” (IPEA, 2014).

per capita. O índice é calculado pela média geométrica – raiz cúbica da multiplicação dos três IDHMs (IPEA, 2014).

No Brasil e no mundo, especialistas em políticas públicas têm utilizado os conceitos de exclusão, vulnerabilidade social e desenvolvimento humano para compreender as situações de pobreza, uma vez que se apresentam como recursos interpretativos acerca dos processos de desenvolvimento social para além da sua dimensão monetária (IPEA, 2015b). Sendo assim, como complemento ao IDHM, o índice de Vulnerabilidade Social (IVS) procura “dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social do território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários” (IPEA, 2015b, p. 8).

O IVS⁴ é um índice sintético constituído por três subíndices que determinam a promoção das condições de bem-estar da população, quais sejam: IVS Infraestrutura Urbana (acesso a serviços de saneamento básico e mobilidade urbana); IVS Capital Humano (inclusão social dos indivíduos); e, IVS Renda e Trabalho (vulnerabilidade de renda e trabalho). O índice é resultado da média aritmética destes subíndices cujo cálculo utilizou 16 indicadores obtidos a partir das variáveis dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos 2000 e 2010 com seus respectivos pesos. A partir do IVS é possível mapear, nos municípios brasileiros e regiões metropolitanas, singularidades da exclusão e da vulnerabilidade social identificadas pela ausência ou falhas na oferta de bens e serviços públicos no território nacional (IPEA, 2015b).

Para contribuir na análise socioeconômica, seja da população seja de determinada região geográfica, é utilizado o Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* que mede o nível de desigualdade na distribuição de renda e riqueza. Este índice consiste em uma variação de zero a um, onde zero corresponde à situação de igualdade

⁴ Neste Índice, os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200 são considerados com muito baixa vulnerabilidade social; os que apresentam valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social; os que apresentam valores entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social; os que apresentam entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social; e, os que apresentam entre 0,501 e 1 possuem muito alta vulnerabilidade social (IPEA, 2015b).

de renda para todos e um corresponde à completa desigualdade, ou seja, quando uma única pessoa detém toda a renda. Na prática, o Coeficiente de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2004).

3 CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

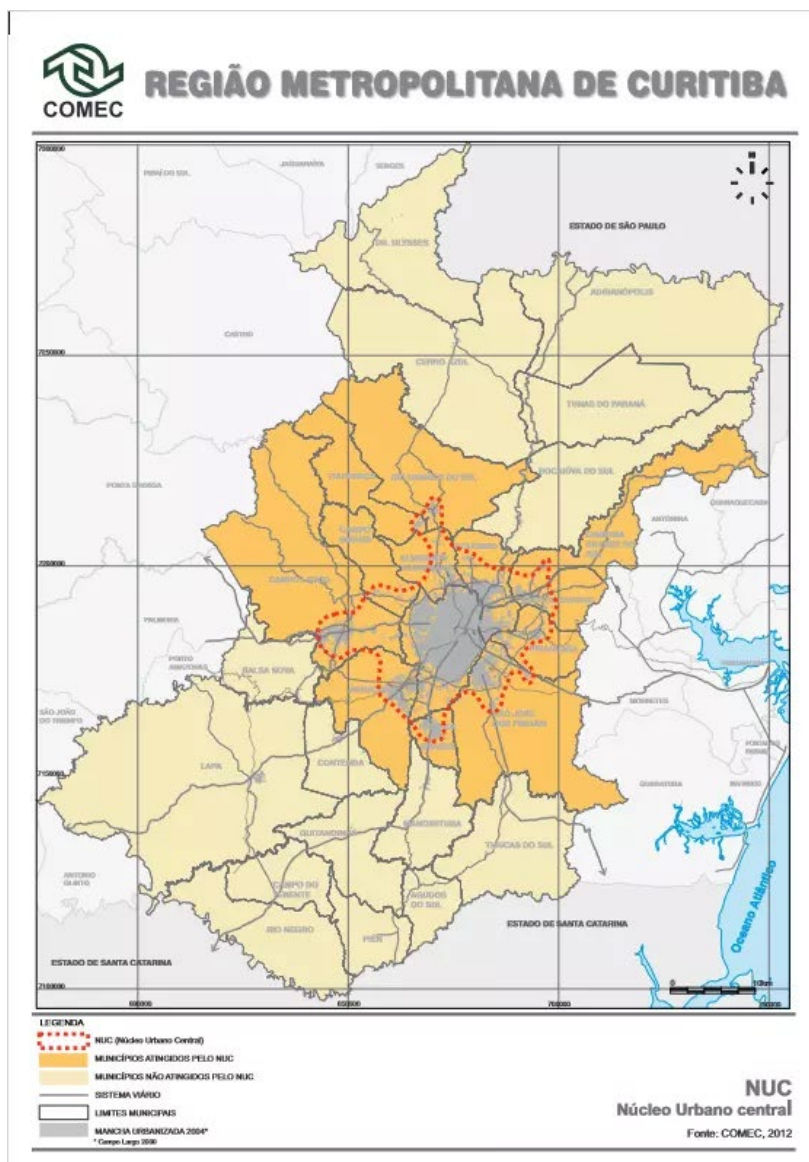
A Região Metropolitana (RM) de Curitiba é constituída por 29 municípios, sendo que a metrópole é a capital do Estado do Paraná “que se destaca pelo tamanho populacional e porte econômico, funções, relações com outras aglomerações e pelo importante papel que desempenha na rede urbana brasileira” (Kornin; Carmo, 2013, p. 87). Instituída pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, e originalmente formada por 14 municípios, teve sua configuração alterada a partir da década de 1990 devido inclusão de municípios e desmembramentos de outros.

Atualmente, o território da RM de Curitiba possui a extensão de 16.580,502 km², o que corresponde aproximadamente a 8,29% do território paranaense (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2023). Faz fronteira com os estados de São Paulo, ao norte, e Santa Catarina, ao sul, e configura “uma aglomeração urbana na porção central, fortemente concentrada, urbanizada, densa, continuamente ocupada, que contrasta ... com municípios integrantes da região do Vale da Ribeira, ao norte, marcados por carências econômicas e sociais” (Moura; Firkowski, 2014, p. 23).

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), as estimativas para o ano de 2021 apontavam para uma população metropolitana de 3.731.769 habitantes e densidade demográfica de 225,07 hab./km² (IPARDES, 2023). Logo, a RM de Curitiba consolida-se “como o espaço mais concentrador e adensado do Estado, já com bases populacionais elevadas e mantendo taxas de crescimento também elevadas, com destaque para os municípios periféricos ao núcleo” (Observatório das Metrôpoles, 2012, p. 20-21).

Da totalidade dos municípios que compõem a RM de Curitiba, 14 deles formam a Área de Concentração da População (ACP)⁵ ou Núcleo Urbano Central (NUC) e, devido a localização próxima e integrada com a metrópole, se tornam mais sólidos na medida em que se configuram como o espaço no qual efetivamente ocorre a dinâmica metropolitana, diverso ao recorte legalmente instituído.

Figura 1 – Região Metropolitana de Curitiba



Fonte: Paraná (2023)

⁵ “grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para o trabalho ou estudo” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007, p. 11).

A metrópole e estes municípios mantêm uma relação mútua de interdependência socioeconômica, uma vez que as especificidades destes municípios acabam suprimidas em prol do desenvolvimento da metrópole, que tende a absorver uma sobrecarga de serviços e problemas de infraestrutura urbana (Oliveira, 2006b). Na figura 1 é possível verificar os limites geográficos, mancha urbana e municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

É importante observar que Curitiba não está isenta dos problemas socioeconômicos dos municípios limítrofes, pois não possui um sistema compensatório de políticas públicas que assegurem programas sociais e urbanos integrados. A concentração de impostos na metrópole é uma das causas das desigualdades que intensificam os problemas de cunho social, tendo em vista os déficits em desenvolvimento humano dos municípios metropolitanos (Oliveira, 2006b), que serão verificados mais adiante.

Em uma região metropolitana, as cidades de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª ordens (satélites), às vezes, são confundidas e tratadas como bairros da cidade de 1ª ordem (central), que é epicentro do processo decisório. Análogo à Teoria de Polos de Perroux (1967), a classificação da ordem de cada cidade dá-se conforme seu grau de conurbação e proximidade do polo regional. Assim, quanto mais afastada for da cidade de 1ª ordem (polo), maior será sua classificação e menor sua interdependência e inter-relação com o centro decisório (Oliveira, 2006b, p. 87).

No quadro 1 estão dispostos dados relativos à área territorial, distância do município em relação a metrópole, ordem em relação a região metropolitana, formação/inclusão do município na RM de Curitiba e quantitativo da população censitária e estimada dos municípios nos anos de 2010 e 2021, respectivamente.

O território da RM de Curitiba foi marcado pelo processo de metropolização no início na década de 1970 quando ocorreu a intensificação da segregação espacial metropolitana caracterizada pela ocupação dos espaços vazios limítrofes a Curitiba, mais acessíveis economicamente e com pouca infraestrutura urbana. Nos anos 1980, surgiram os movimentos pendulares e as cidades-dormitórios, intensificando problemas de infraestrutura e saneamento básico devido a pouca condição financeira e gestão urbana dos municípios adjacentes à metrópole (Naganime; Kornin; Esteves, 2014).

Quadro 1 – Região Metropolitana de Curitiba em números

Município	Área Territorial (km²)⁶	Distância da metrópole (km)	Ordem em relação ao centro da RM⁷	Data da inclusão na RM⁸	População Censitária (hab.)⁹	População Estimada (hab.)¹⁰
Curitiba	434,721	0	1º	08/06/1973	1.751.907	1.963.726
Almirante Tamandaré	193,721	17	2º	08/06/1973	103.204	121.420
Araucária	470,013	27	2º	08/06/1973	119.123	148.522
Campo Largo	1.241,188	32	2º	08/06/1973	112.377	135.678
Campo Magro	274,579	10	2º	16/05/1995	24.843	30.151
Colombo	197,377	19	2º	08/06/1973	212.967	249.277
Fazenda Rio Grande	116,674	19	2º	29/12/1994	81.675	103.750
Pinhais	60,851	7	2º	29/12/1994	117.008	134.788
São José dos Pinhais	945,210	15	2º	08/06/1973	264.210	334.620
Balsa Nova	347,618	42	3º	08/06/1973	11.300	13.238
Bocaiúva do Sul	809,774	40	3º	08/06/1973	10.987	13.308
Campina Grande do Sul	543,488	31	3º	08/06/1973	38.769	44.072
Contenda	295,806	48	3º	08/06/1973	15.891	19.082
Itaperuçu	323,576	37	3º	29/12/1994	23.887	29.493
Lapa	2.098,442	71	3º	21/01/2002	44.932	48.651
Mandirituba	378,870	45	3º	08/06/1973	22.220	27.750
Piraquara	224,880	22	3º	08/06/1973	93.207	116.852
Quatro Barras	180,692	31	3º	08/06/1973	19.851	24.253
Rio Branco do Sul	819,186	33	3º	08/06/1973	30.650	32.635
Tijucas do Sul	671,461	62	3º	29/12/1994	14.537	17.295
Agudos do Sul	191,844	73	4º	22/04/1998	8.270	9.567
Cerro Azul	1.353,449	87	4º	29/12/1994	16.938	17.884
Quitandinha	446,902	72	4º	29/12/1994	17.089	19.388
Tunas do Paraná	671,399	87	4º	29/12/1994	6.256	9.269
Adrianópolis	1.342,457	133	5º	16/05/1995	6.376	5.797
Campo do Tenente	304,635	93	5º	09/12/2011	7.125	8.118
Doutor Ulysses	780,785	170	5º	29/12/1994	5.727	5.525
Piên	256,181	88	5º	09/12/2011	11.236	13.015
Rio Negro	604,723	110	5º	09/12/2011	31.274	34.645

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2023) e Oliveira (2006b, p. 93)

⁶ Dados referentes ao ano de 2022.

⁷ A classificação obedeceu ao critério de ordem em relação a fronteira com a metrópole.

⁸ Lei Complementar nº 14/1973, Lei Estadual nº 11.027/1994, Lei Estadual nº 11.096/1995, Lei Estadual nº 12.125/1998, Lei Estadual nº 13.512/2002, Lei Complementar nº 139/2011.

⁹ Dados referentes ao ano de 2010.

¹⁰ Dados referentes ao ano de 2021.

Na década de 1990 as ocupações irregulares predominaram no entorno de Curitiba, especialmente em áreas com grande fragilidade ambiental. A transformação socioespacial resultou da imagem positiva de Curitiba como capital ecológica e da implantação de indústrias importantes na aglomeração urbana (Naganime; Kornin; Esteves, 2014). Nos anos 2000, as áreas mais antigas tornaram-se mais densas e surgiram, também, novas áreas periféricas que se caracterizaram por uma espacialidade heterogênea e fragmentada (Silva, 2014). A partir da década de 2010, um novo padrão de localização dos espaços de moradia excluiu dos lugares mais valorizados a população que apresentava condição socioeconômica desigual (Naganime; Kornin; Esteves, 2014).

Com relação ao cenário econômico, a RM de Curitiba “se configura como a espacialidade mais concentradora de economia e população do estado do Paraná, e muitos de seus municípios crescem mais que a média estadual” (Kornin; Carmo, 2013, p. 87). No ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) da região somou R\$ 165,4 bilhões e o PIB *Per Capita* apresentou o valor de 44.785, considerando a unidade R\$ 1,00. No mesmo ano, as economias de Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária perfizeram, juntas, 26% do PIB do Paraná ficando entre as maiores do Estado, além de despontarem entre os 100 maiores PIBs do Brasil (IPARDES, 2023).

No quadro 2, verifica-se o PIB e o PIB *Per Capita* dos municípios metropolitanos no ano de 2020. Apesar da concentração econômica da RM de Curitiba no Estado do Paraná, na análise dos indicadores socioeconômicos é notória a desigualdade entre a metrópole e os demais municípios, sobretudo os de 4ª e 5ª ordem que não possuem inter-relação com o centro decisório. O enriquecimento de municípios da região, como São José dos Pinhais e Araucária, não foi suficiente para aproximá-los do desempenho da metrópole, o que demonstra que um alto PIB *per capita* não significa maior desenvolvimento econômico.

Quadro 2 – Produto Interno Bruto dos municípios da RM de Curitiba – 2020

Município	PIB	PIB <i>Per Capita</i>	Município	PIB	PIB <i>Per Capita</i>
Curitiba	88.308.728,398 (1º)	45.318 (8º)	Balsa Nova	711.868,789 (16º)	54.374 (5º)
São José dos Pinhais	21.975.611,641 (2º)	66.783 (2º)	Mandirituba	607.967,131 (17º)	22.258 (19º)
Araucária	19.724.416,419 (3º)	134.901 (1º)	Itaperuçu	573.678,735 (18º)	19.734 (22º)
Pinhais	6.365.266,733 (4º)	47.683 (7º)	Campo Magro	502.213,009 (19º)	16.887 (25º)
Colombo	4.957.401,408 (5º)	20.108 (21º)	Quitandinha	450.834,351 (20º)	23.455 (18º)
Campo Largo	4.719.806,609 (6º)	35.258 (11º)	Contenda	450.057,533 (21º)	23.892 (17º)
Fazenda Rio Grande	2.771.416,38 (7º)	27.170 (14º)	Tijucas do Sul	420.287,09 (22º)	24.601 (16º)
Lapa	2.026.467,03 (8º)	41.861 (9º)	Cerro Azul	351.126,168 (23º)	19.690 (23º)
Campina Grande do Sul	1.745.772,495 (9º)	39.963 (10º)	Adrianópolis	285.879,629 (24º)	48.810 (6º)
Almirante Tamandaré	1.692.822,355 (10º)	14.102 (27º)	Bocaiúva do Sul	233.071,046 (25º)	17.752 (24º)
Quatro Barras	1.595.785,35 (11º)	66.739 (3º)	Agudos do Sul	207.206,374 (26º)	21.880 (20º)
Piraquara	1.396.343,214 (12º)	12.145 (29º)	Campo do Tenente	206.869,475 (27º)	25.714 (15º)
Rio Negro	1.200.021,834 (13º)	34.873 (12º)	Tunas do Paraná	122.576,862 (28º)	13.586 (28º)
Rio Branco do Sul	1.014.497,137 (14º)	31.199 (13º)	Doutor Ulysses	89.527,079 (29º)	16.125 (26º)
Piên	722.693,796 (15º)	56.101 (4º)			

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2023)

Os impactos negativos no desenvolvimento resultam da pobreza e desigualdade social, aumento das situações de vulnerabilidade e exclusão sociais, marginalização da sociedade com aumento dos índices de criminalidade e violência, processos de favelização, desemprego, falta de acesso a serviços públicos de qualidade, educação precária, dentre outros. A desigualdade social, por sua vez, resulta da concentração de distribuição de renda, medida pelo Coeficiente de Gini que indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

No quadro 3, verifica-se o Coeficiente de Gini domiciliar *Per Capita* dos municípios da RM de Curitiba referente aos anos de 2000 e 2010, lembrando que o valor zero representa a situação de completa igualdade e o valor um representa uma situação de completa desigualdade. No período analisado observa-se

desigualdade de renda entre os municípios, sendo que no ano 2000, os que registraram maior desigualdade foram Cerro Azul (0,6254), Lapa (0,6212), Quitandinha (0,6152), Piên (0,5954) e Curitiba (0,5942). No outro extremo, os municípios com menores Coeficientes de Gini foram Balsa Nova (0,4878), Araucária (0,4834), Almirante Tamandaré (0,4759), Colombo (0,4732) e Fazenda Rio Grande (0,4538). Na década seguinte, em 2010, os municípios com maior desigualdade foram Curitiba (0,5652), Adrianópolis (0,5393), Tunas do Paraná (0,5283), Pinhais (0,5082) e Balsa Nova (0,5067). Os municípios com menor desigualdade foram Piên (0,4322), Piraquara (0,4307), Colombo (0,4196), Itaperuçu (0,4062) e Campo Magro (0,3984).

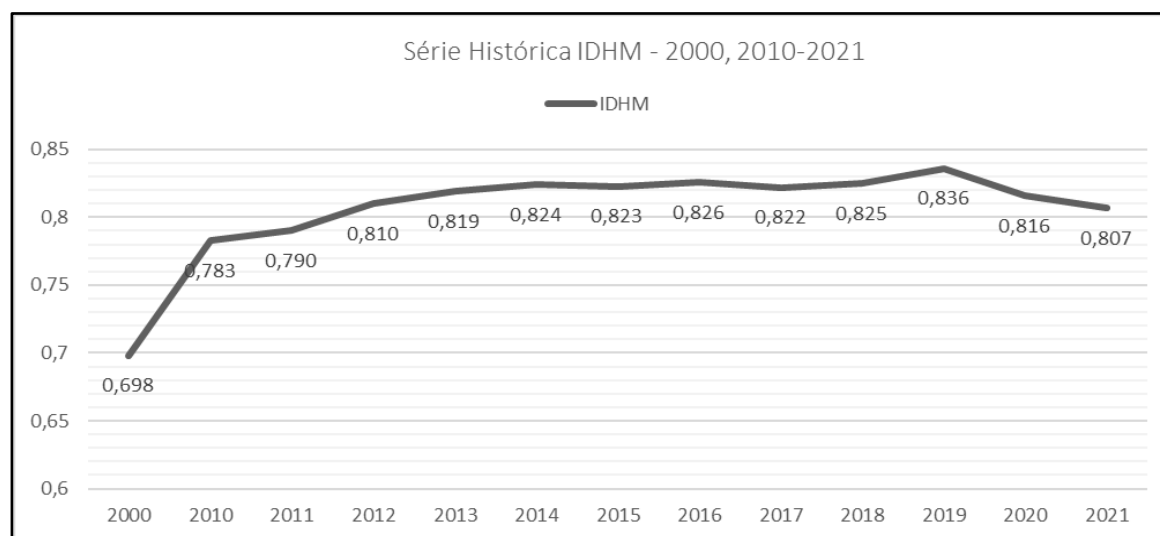
Com relação ao cenário social, a análise versa acerca do desenvolvimento humano na RM de Curitiba e se utiliza de indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Assim, o desenvolvimento humano “deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher” (IPEA, 2014, p. 10).

Na figura 2, verifica-se a evolução do IDHM da RM de Curitiba a partir da série histórica referente aos anos 2000 e 2010 a 2021, lembrando que as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550; Médio Desenvolvimento Humano entre 0,550 e 0,699; Alto Desenvolvimento Humano entre 0,700 e 0,799; e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800. O que se observa é um aumento do desenvolvimento humano até 2013, permanecendo em relativa estabilidade até o ano de 2019 e acentuada queda no ano de 2021.

Quadro 3 – Coeficiente de Gini dos municípios da RM de Curitiba - 2000-2010

Município	Coeficiente de Gini Domiciliar Per Capita		Município	Coeficiente de Gini Domiciliar Per Capita	
	2000	2010		2000	2010
Adrianópolis	0,5780	0,5393	Fazenda Rio Grande	0,4538	0,4922
Agudos do Sul	0,5315	0,4797	Itaperuçu	0,5037	0,4062
Almirante Tamandaré	0,4759	0,4402	Lapa	0,6212	0,4947
Araucária	0,4834	0,4637	Mandirituba	0,5816	0,4767
Balsa Nova	0,4878	0,5067	Piên	0,5954	0,4322
Bocaiúva do Sul	0,5524	0,4599	Pinhais	0,4896	0,5082
Campina Grande do Sul	0,5079	0,4434	Piraquara	0,5056	0,4307
Campo do Tenente	0,5076	0,5016	Quatro Barras	0,5549	0,4915
Campo Largo	0,5005	0,4535	Quitandinha	0,6152	0,4853
Campo Magro	0,5109	0,3984	Rio Branco do Sul	0,5481	0,4759
Cerro Azul	0,6254	0,4882	Rio Negro	0,5410	0,4826
Colombo	0,4732	0,4196	São José dos Pinhais	0,5258	0,4599
Contenda	0,5595	0,4787	Tijucas do Sul	0,5326	0,4833
Curitiba	0,5942	0,5652	Tunas do Paraná	0,5924	0,5283
Doutor Ulysses	0,5357	0,5019			

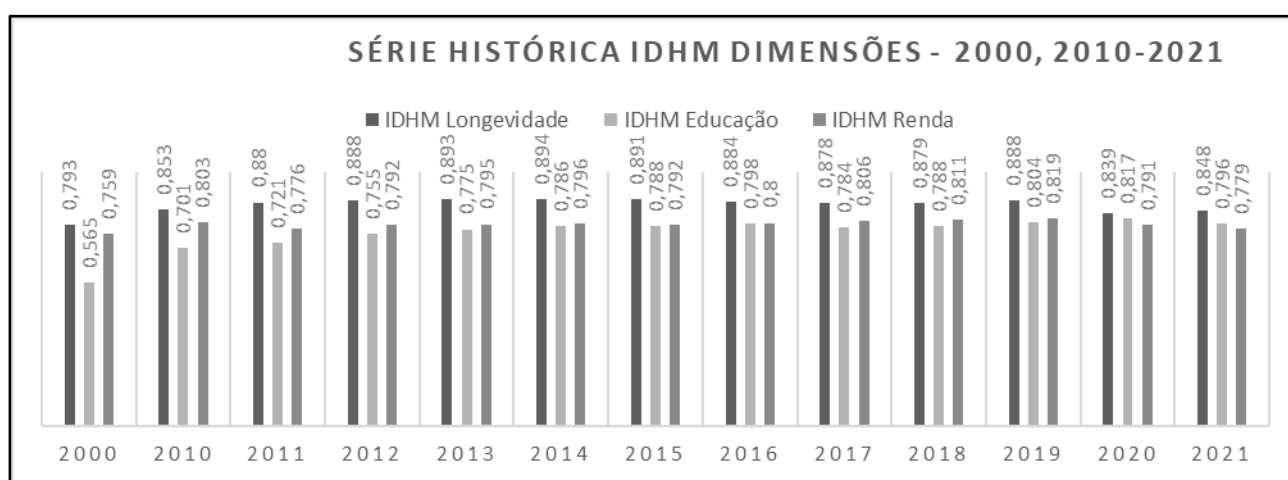
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico de Social (IPARDES) (2023)

Figura 2 – Série Histórica IDHM da RM de Curitiba – 2000, 2010-2021

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

Com relação as dimensões do IDHM, é possível verificar na figura 3 que houve um aumento relativo do componente IDHM Longevidade (obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer) que mede vida longa e saudável, e diminuição no componente IDHM Renda (obtido a partir do indicador Renda *Per Capita*) e Educação (obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola), que medem o padrão de vida e acesso ao conhecimento, respectivamente.

Figura 3 – Série Histórica IDHM Dimensões da RM de Curitiba – 2000, 2010-2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

Na análise individual dos municípios é possível verificar as desigualdades que evidenciam pobreza, exclusão e segregação social, sobretudo naqueles mais afastados da metrópole. Assim, no quadro 4, constam o IDHM relativo ao ano 2000 e 2010, bem como os componentes longevidade, educação e renda para igual período. Com relação ao IDHM, é possível verificar que os municípios de Curitiba, Campo Largo, Pinhais, São José dos Pinhais, Quatro Barras e Rio Negro possuem maior índice nos dois períodos analisados. Destes municípios, apenas o último não compõe a Área de Concentração Populacional (ACP) ou Núcleo Urbano Central (NUC)¹¹.

¹¹ Municípios que compõem o ACP/NUC: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Dos municípios com menor IDHM no período analisado, cinco encontram-se no Vale do Ribeira¹² cujos municípios são marcados por carências econômicas e sociais e “constituem um enclave de estagnação econômica e baixo desenvolvimento social” (IPARDES, 2003, p. 1). Apesar disto, é possível verificar que de 2000 para 2010 houve um avanço positivo nos indicadores destes municípios (Bocaiúva do Sul, Itaperuçu, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, Cerro Azul e Doutor Ulysses).

Quadro 4 – IDHM e suas dimensões, dos municípios da RM de Curitiba - 2000-2010

Município	IDHM		Dimensões IDHM					
	2000	2010	Longevidade		Educação		Renda	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Adrianópolis	0,542	0,667	0,748	0,817	0,396	0,563	0,539	0,644
Agudos do Sul	0,513	0,660	0,704	0,790	0,329	0,543	0,584	0,671
Almirante Tamandaré	0,583	0,699	0,773	0,840	0,407	0,575	0,629	0,706
Araucária	0,628	0,740	0,803	0,852	0,467	0,639	0,661	0,743
Balsa Nova	0,605	0,696	0,761	0,823	0,463	0,579	0,629	0,707
Bocaiúva do Sul	0,523	0,640	0,723	0,816	0,321	0,473	0,618	0,679
Campina Grande do Sul	0,597	0,718	0,804	0,860	0,415	0,605	0,639	0,712
Campo do Tenente	0,550	0,686	0,737	0,806	0,393	0,606	0,574	0,661
Campo Largo	0,639	0,745	0,800	0,854	0,483	0,664	0,674	0,730
Campo Magro	0,579	0,701	0,753	0,828	0,399	0,607	0,647	0,685
Cerro Azul	0,450	0,573	0,748	0,797	0,222	0,391	0,550	0,604
Colombo	0,630	0,733	0,822	0,870	0,464	0,632	0,657	0,715
Contenda	0,601	0,681	0,768	0,816	0,447	0,555	0,633	0,697
Curitiba	0,750	0,823	0,796	0,855	0,655	0,768	0,809	0,850
Doutor Ulysses	0,377	0,546	0,702	0,791	0,160	0,362	0,478	0,570
Fazenda Rio Grande	0,594	0,720	0,762	0,847	0,438	0,617	0,627	0,713
Itaperuçu	0,474	0,637	0,685	0,779	0,275	0,507	0,565	0,654
Lapa	0,614	0,706	0,769	0,848	0,459	0,595	0,655	0,696
Mandirituba	0,568	0,655	0,765	0,807	0,368	0,515	0,650	0,677
Piên	0,578	0,694	0,731	0,802	0,409	0,616	0,646	0,677
Pinhais	0,657	0,751	0,773	0,836	0,530	0,666	0,691	0,761
Piraquara	0,581	0,700	0,822	0,869	0,374	0,574	0,639	0,689
Quatro Barras	0,654	0,742	0,794	0,831	0,501	0,665	0,702	0,740
Quitandinha	0,563	0,680	0,712	0,806	0,421	0,603	0,595	0,648
Rio Branco do Sul	0,554	0,679	0,767	0,847	0,366	0,545	0,607	0,679
Rio Negro	0,678	0,760	0,804	0,863	0,577	0,705	0,673	0,721
São José dos Pinhais	0,646	0,758	0,797	0,859	0,485	0,678	0,699	0,749
Tijucas do Sul	0,502	0,636	0,703	0,792	0,300	0,479	0,599	0,679
Tunas do Paraná	0,442	0,611	0,755	0,801	0,189	0,444	0,605	0,641

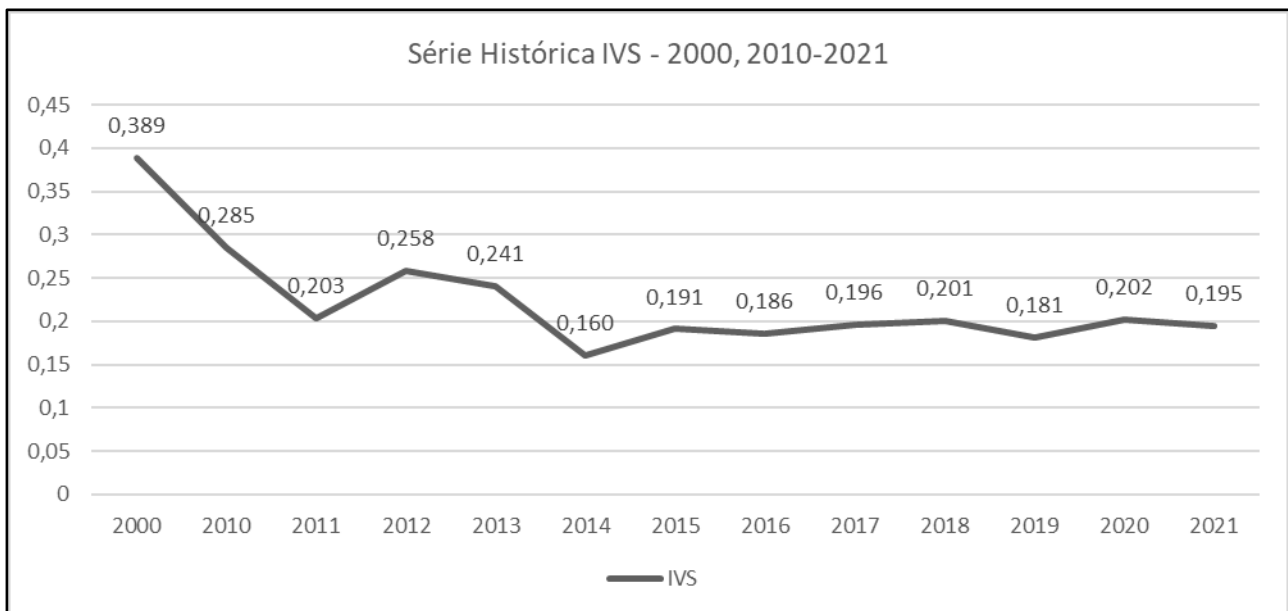
Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2023)

¹² Municípios que compõem o Vale do Ribeira: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Tunas do Paraná.

Como complemento ao IDHM, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) faz referência às dimensões de Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho consideradas essenciais para a garantia do bem-estar da população e, também, ferramentas importantes para a formulação e avaliação de políticas públicas (Costa *et al.*, 2018).

Na figura 4, verifica-se a evolução do IVS da RM de Curitiba a partir da série histórica referente aos anos 2000 e 2010 a 2021, lembrando que os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200 são considerados com muito baixa vulnerabilidade social; os que apresentam valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social; os que apresentam valores entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social; os que apresentam entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social; e, os que apresentam entre 0,501 e 1 possuem muito alta vulnerabilidade social. O que se observa é uma acentuada diminuição da vulnerabilidade social até 2014, permanecendo em relativa estabilidade até o ano de 2021.

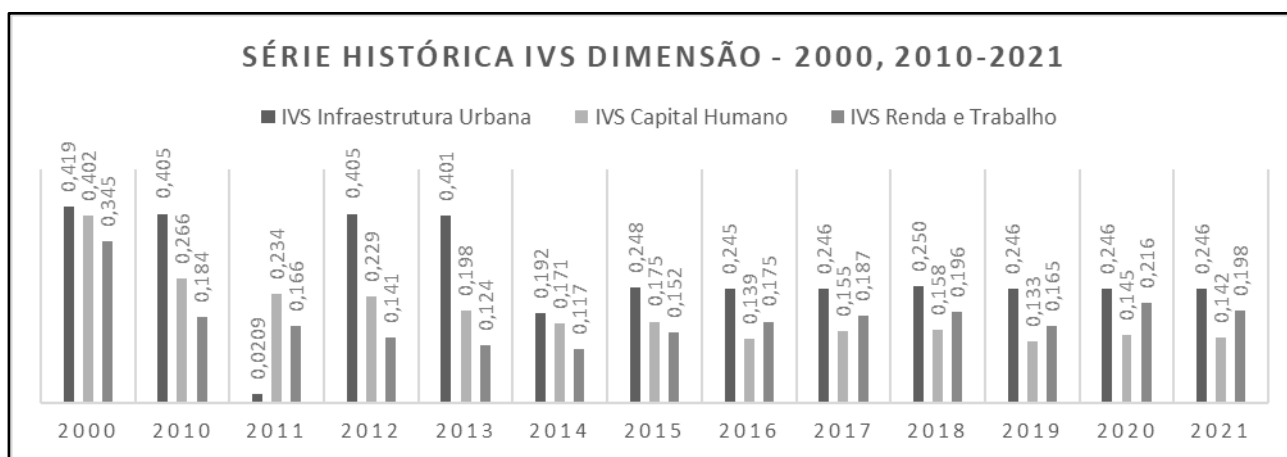
Figura 4 – Série Histórica IVS da RM de Curitiba – 2000, 2010-2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

Na figura 5, verifica-se que o IVS da RM de Curitiba nas dimensões Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho alterou entre os anos de 2000 e 2013 passando de média vulnerabilidade social para baixa vulnerabilidade social, respectivamente. A partir de 2014 as duas últimas dimensões estabilizaram em muito baixa vulnerabilidade social e, a primeira, em baixa vulnerabilidade social.

Figura 5 – Série Histórica IVS Dimensões da RM de Curitiba – 2000, 2010-2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

A dimensão Infraestrutura Urbana contempla a vulnerabilidade no acesso a serviços de mobilidade urbana e saneamento básico e estão relacionados ao domicílio dos indivíduos, impactando diretamente na qualidade de vida. Os indicadores que compõem esta dimensão são: percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado; percentual de pessoas em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo; e, percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho (Costa et al., 2018).

No quadro 5, observam-se os seis municípios com maior e menor IVS – Dimensão Infraestrutura Urbana, o que corresponde a 20% do total de municípios metropolitanos, respectivamente. A metrópole apresentou um IVS de 0,401, indicando alta vulnerabilidade em infraestrutura urbana.

Quadro 5 – Municípios com menor e maior IVS Infraestrutura Urbana em 2010

Menor IVS		Maior IVS	
Municípios	IVS Infraestrutura Urbana	Municípios	IVS Infraestrutura Urbana
Balsa Nova	0.099	Fazenda Rio Grande	0.410
Tijucas do Sul	0.110	Campo Magro	0.411
Campo do Tenente	0.127	Rio Branco do Sul	0.413
Agudos do Sul	0.144	Mandirituba	0.415
Cerro Azul	0.145	Tunas do Paraná	0.419
Piên	0.147	Itaperuçu	0.422

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

A dimensão Capital Humano determina a perspectiva de futuro dos indivíduos e envolve dois ativos: condições de saúde e acesso à educação. Os indicadores que compõem esta dimensão refletem a presença dos ativos no domicílio e as possibilidades de superação: taxa de mortalidade; percentual de crianças que frequentam a escola; percentual de pessoas que não frequentam a escola; percentual de adolescentes que tiveram filhos; percentual de mães chefes de família, com um filho e que não frequentaram a escola; taxa de analfabetismo, percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; e, percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo (Costa et al., 2018).

No quadro 6, observam-se os seis municípios com maior e menor IVS – Dimensão Capital Humano com destaque para os municípios com maior vulnerabilidade social por serem os mesmos com menor IDHM e que compõem o Vale da Ribeira (norte da RM de Curitiba).

A dimensão Renda e Trabalho associa indicadores referentes à insuficiência de renda das famílias (renda domiciliar per capita) com fatores que configuram fluxo insuficiente de renda, tais como: desocupação de adultos, ocupação informal de adultos pouco escolarizados, dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, presença de trabalho infantil. Os indicadores que compõem esta dimensão são: percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou menor que meio salário mínimo; taxa de desocupação da população de 18 anos com maior idade; percentual

de pessoas de 18 anos ou com menor idade sem fundamental completo e em ocupação informal; percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo que dependem de idosos; e, taxa de atividade das pessoas com idade entre 10 a 14 anos (Costa et al., 2018).

Quadro 6 – Municípios com menor e maior IVS Capital Humano em 2010

Menor IVS		Maior IVS	
Municípios	IVS Capital Humano	Municípios	IVS Capital Humano
Curitiba	0.203	Campo do Tenente	0.449
Quatro Barras	0.246	Itaperuçu	0.449
Pinhais	0.256	Rio Branco do Sul	0.499
Rio Negro	0.286	Cerro Azul	0.509
Araucária	0.292	Doutor Ulysses	0.571
São José dos Pinhais	0.294	Tunas do Paraná	0.595

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

No quadro 7, observam-se os seis municípios com maior e menor IVS – Dimensão Renda e Trabalho com destaque para os municípios com maior vulnerabilidade social por serem os mesmos com menor IDHM e IVS Capital Humano e que compõem o Vale da Ribeira, com exceção do município de Quitandinha.

Quadro 7 – Municípios com maior e menor IVS Renda e Trabalho em 2010

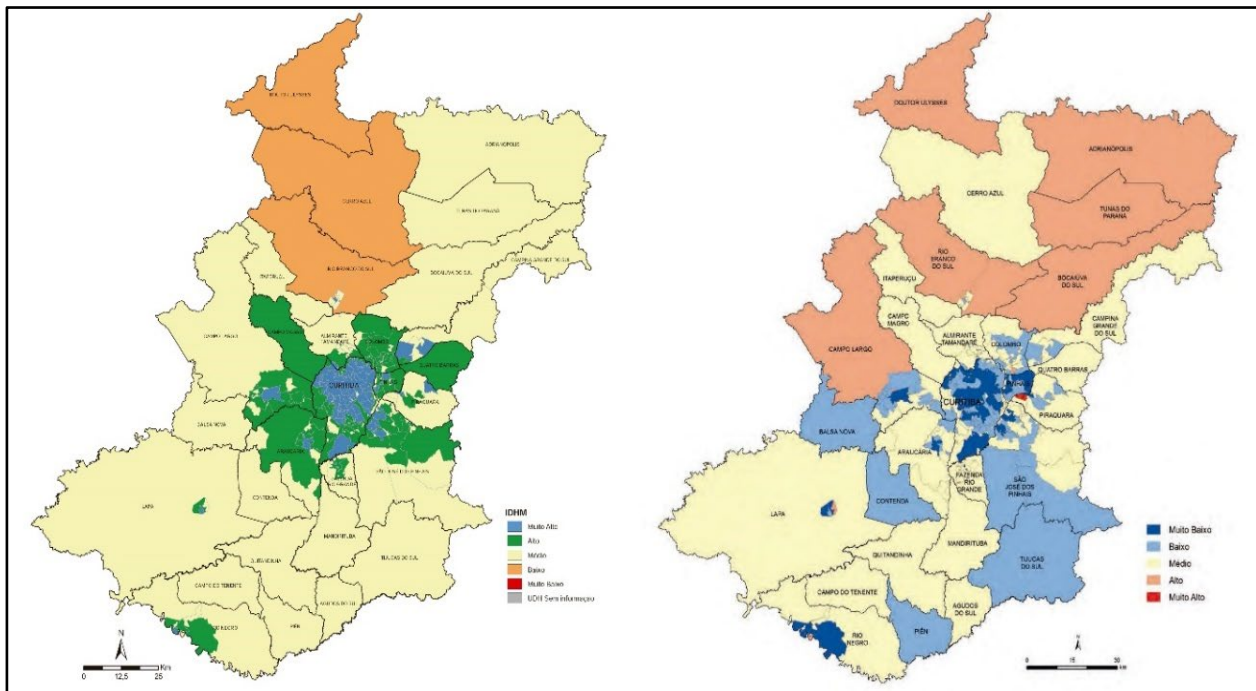
Menor IVS		Maior IVS	
Municípios	IVS Renda e Trabalho	Municípios	IVS Capital Humano
Curitiba	0.155	Agudos do Sul	0.341
Pinhais	0.174	Quitandinha	0.355
São José dos Pinhais	0.175	Bocaiúva do Sul	0.362
Almirante Tamandaré	0.189	Cerro Azul	0.435
Colombo	0.196	Doutor Ulysses	0.436
Quatro Barras	0.198	Adrianópolis	0.439

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023)

Diante desses dados, é possível verificar que o IVS mais baixo se estende entre os municípios que formam a Área de Concentração Populacional (ACP). Na outra extremidade, os valores mais altos de IVS são encontrados, predominantemente, nos municípios localizados na porção norte da RM de Curitiba. Na figura 6 visualiza-se os mapas da RM 2 e 3, respectivamente, com o IDHM e IVS metropolitano. Observa-se que

os maiores IVSs e menores IDHMs estão localizados nos municípios marcados por insuficiências econômicas e sociais e, por consequência, com baixa prosperidade social e alto índice de pobreza.

Figura 6 – IDHM e IVS da RM de Curitiba - 2010



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014, p. 35; 2015b, p. 61

A vulnerabilidade e desigualdade social podem ser vistas como predisposição à pobreza que, além da questão monetária, também é a ausência da qualidade de vida, bem-estar, capacidades e oportunidades, liberdade individual e política. A consequência são situações de exclusão social, marginalização da sociedade com aumento dos índices de criminalidade e violência, processos de favelização, desemprego, falta de acesso a serviços públicos, educação precária, entre outros. A RM de Curitiba apresenta discrepâncias econômicas e sociais evidenciadas na desigualdade, vulnerabilidade, pobreza e exclusão que acabam por repercutir no desenvolvimento econômico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a época de sua criação, a região metropolitana de Curitiba é marcada pela desigualdade e segregação socioespacial, exclusão social e disparidades econômicas entre os municípios que a compõem. O território metropolitano congrega relações que englobam funções locais e regionais e o seu crescimento relaciona-se com a adequada implementação de estratégias no ordenamento territorial e políticas de desenvolvimento. Os problemas dos municípios são os mesmos, não podendo ser desconsiderados, uma vez que as mais diversas desigualdades precisam ser suprimidas para gerar benefícios capazes de desenvolver a região e melhorar os níveis de qualidade de vida da população.

Na análise dos indicadores socioeconômicos, bem como as vertentes que os compõem, é possível verificar avanços sociais e econômicos, embora se observe estagnação econômica e baixo desenvolvimento social nos municípios do Vale do Ribeira e nos localizados em áreas periféricas, mais afastados e sem relação direta com a metrópole. Apesar desta se sobressair por sua centralidade de decisão, poder, gestão, economia e riqueza, nos municípios localizados em seu entorno também perduram desigualdades e contradições por não se fortalecerem do ponto de vista econômico e social em detrimento ao crescimento da metrópole.

Sendo assim, os indicadores apresentados reforçam um desenvolvimento intrametropolitano desigual com iniquidades econômicas, sociais e de vulnerabilidade social. Considerando que tais desigualdades são características do desenvolvimento da região metropolitana de Curitiba, torna-se essencial que os investimentos nos municípios afastados do centro decisório sejam aumentados com o objetivo de reduzir as disparidades apresentadas e propiciar aos mesmos serviços públicos de qualidade por parte da metrópole.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jun. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

COHN, G. Desenvolvimento como processo civilizador. In: SOUZA, P. de (Org.) **Brasil, sociedade em movimento**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 25-30.

COSTA, M. A.; SANTOS, M. P. G. dos; MARGUTI, B.; PIRANI, N.; PINTO, C. V. da S.; CURTI, R. L. C.; RIBEIRO, C. C.; ALBUQUERQUE, C. G. Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. **Texto para Discussão 2369**. Brasília: IPEA, 2018.

FERRIER, J. P. Pour une théorie (géographique) de lamétropolisation. **Cahiers de lamétropolisation**: enjeux et définitioin de lamétropolisation, n. 1, p 41-51, 2001. Disponível em: <http://www.umd.uqam.ca/membres/pages-perso/Jean-Marc/cours/soc3760/Ville/Ferrier-geo-metropo.PDF>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. (Ed.). **Território metropolitano, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.p. 21-51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de influência das cidades (REGIC) 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Governança Metropolitana no Brasil. Relatório de Pesquisa. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1)**. Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26351. Acesso em: 10 dez. 2020. Rio de Janeiro: IPEA, 2015a.

ATLAS da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: IPEA, 2015b. 240 p.

ATLAS do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas Brasileiras. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2014. 120 p.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

DESAFIOS do desenvolvimento (on-line). 2004. Ano 1. Edição 4. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VALE do Ribeira: referências da dinâmica regional. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/vale_ribeira.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

KORNIN, T.; CARMO, J. C. B. do. O arranjo Institucional de Gestão na Região Metropolitana de Curitiba. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Ed.) **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Série Rede IPEA. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, volume 1. 1. ed. Brasília: Ipea, 2013. p. 87-108.

MOURA, R; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Introdução: transformações na ordem urbana da RMC. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. (Ed.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Série Estudos Comparativos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 11-59.

NAGAMINE, L. Y.; KORNIN, T.; ESTEVES, C. J. O. Transformações urbanas e gestão do uso do solo na região metropolitana de Curitiba. In: COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (Ed.). **Funções públicas de interesse comum nas metrôpoles brasileiras** – transportes, saneamento básico e uso do solo. 1. ed. Brasília: IPEA, 2014. p. 111-136.

NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento** (recurso eletrônico). Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia CNPq/FAPERJ/CAPES. **Os Estados e as regiões metropolitanas constitutivas do Observatório das Metrôpoles no Censo 2010**. Rio de Janeiro: CNPq, 2012.

OLIVEIRA, G. B. de Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: SOUZA-LIMA, E. de; OLIVEIRA, G. B. de (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006a. p. 15-30.

OLIVEIRA, G. B. de Planejamento e desenvolvimento regional: considerações sobre a região metropolitana de Curitiba. In: SOUZA-LIMA, E. de; OLIVEIRA, G. B. de (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006b. p. 83-96.

PARANÁ (Estado). Lei nº 11.027, de 28 de dezembro de 1994. Transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba em autarquia e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, 28 dez. 1994. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=4489&codItemAto=110058#477615>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEI nº 11.096, de 16 de maio de 1995. Altera o parágrafo único, do Artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, 16 mai. 1995. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=4957&codItemAto=33568#33568>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEI nº 12.125, de 22 de abril de 1998. Dá nova redação ao parágrafo único, do Artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, 22 abr. 1998. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=2366&codItemAto=16192#16192>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEI nº 13.512, de 21 de janeiro de 2002. Dá nova redação ao parágrafo único do Artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, 08 mar. 2002. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=3534&codItemAto=23458#23458>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEI Complementar nº 139, de 12 de dezembro de 2011. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, 12 dez. 2011. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=62625&codItemAto=477612>. Acesso em: 10 abr. 2023.

AGÊNCIA de Assuntos Metropolitanos do Paraná. **Mapas**. Disponível em: <https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Mapas>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, M. N. Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização sócioespacial do território na metrópole de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. (Ed.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Série Estudos Comparativos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 226-254.

Contribuição de autoria

1 – Andrea Traub

Doutora em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-8096-4314> • andrea.traub@gmail.com

Contribuição: Escrita e primeira redação

2 – Ana Paula Myszczyk

Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

<https://orcid.org/0000-0003-0232-0449> • anap@utfpr.edu.br

Contribuição: Escrita e primeira redação

Como citar este artigo

TRAUB, A.; MYSZCZYK, A. P. Análise do desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba a partir de indicadores socioeconômicos. **Econ. e Desenv.**, Santa Maria, v.35, e75422, 2023. DOI 10.5902/1414650975422. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1414650975422>. Acesso em: XX/XX/XXXX.